Colégio	Sala	Ordem
M0001	0001	0001

Fevereiro/2024

JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR)

Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário – Área Administrativa

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004	MODELO	TIPO-004

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Nunca desista, sempre lute, pois somente os lutadores merecem vencer!

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.

  Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

Fundação Carlos Chagas

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 7, baseie-se no texto abaixo.

Temos que acreditar

Será que podemos entender o mundo sem algum tipo de crença? Esta é uma pergunta central na dicotomia entre ciência e fé. De fato, o modo como um indivíduo escolhe responder a ela determina, em grande parte, como se relaciona com o mundo e a vida em geral. Contrastando as explicações míticas e científicas da realidade, podemos dizer que muitos religiosos buscam explicar o desconhecido com o desconhecível, enquanto a ciência busca explicar o desconhecido com o conhecível.

Muito da tensão entre ciência e fé vem da suposição de que existem duas realidades mutuamente incompatíveis, uma dentro deste mundo (e, portanto, "conhecível" através da aplicação diligente do método científico) e outro fora dele (e, portanto, "desconhecível", relacionada tradicionalmente à crença religiosa).

Mitos religiosos permitem que os que neles creem transcendam sua "situação histórica", a perplexidade que sentimos ao compreendermos que somos criaturas delimitadas pelo tempo, cada um com uma história que tem um começo e um fim. Em um nível mais pragmático, explicações míticas de fenômenos naturais são tentativas pré-científicas de dar sentido àquilo que existe além do controle humano. A motivação por trás dessas explicações não é tão diferente daquela da ciência, já que ambas tentam de alguma forma revelar mecanismos por trás dos fenômenos naturais: afinal, tanto deuses quanto forças físicas fazem coisas acontecer, mesmo que de formas radicalmente distintas.

Tanto o cientista quanto o crente acreditam em causas não compreendidas, ou seja, em coisas que ocorrem por razões desconhecidas, mesmo que a natureza da causa seja completamente diferente para cada um.

(Adaptado de: GLEISER, Marcelo. **A ilha do conhecimento.** Rio de Janeiro: Record, 2023, p. 31-32)

1. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

(A) É comum que mesmo aos cientistas mais diligentes venham a faltar, em suas pesquisas, o acerto necessário na condução dos seus métodos.

(B) O aprimoramento dos métodos científicos possibilitam aos pesquisadores alimentar esperanças no sucesso do empreendimento que os inspiram.

(C) Não resta aos cientistas ou religiosos senão tomarem para si o dever de encontrar respostas a todo e qualquer mistério que os intrigue.

(D) Não são de se supor que os mistérios que a cada leigo intriga não preocupe também os cientistas mais determinados e os religiosos mais convictos.

(E) O que mais convêm aos cientistas é apurarem seus métodos de investigação, assim como não podem faltar aos religiosos o apoio da fé.

2. No primeiro parágrafo do texto, afirma-se, essencialmente, que

(A) as explicações religiosas e científicas derivam de uma mesma motivação inicial em face do que é desconhecido.
(B) os religiosos e os míticos tendem à dicotomia quando buscam explicar o que é de fato conhecível.
(C) a compreensão do mundo torna-se indispensável para se superar a dicotomia entre a religião e a ciência.
(D) as explicações míticas e científicas da realidade acabam por tornar conhecível o que está além do entendimento.
(E) tanto as explicações religiosas como as científicas acabam contrastando com a realidade do mundo já conhecido.

3. Conforme o terceiro parágrafo, entende-se por "situação histórica"

(A) a revelação de mecanismos incógnitos do mundo.
(B) a perplexidade motivada por nosso pragmatismo.
(C) a transcendência impulsionada pelo mundo natural.
(D) a narrativa vivida de modo determinado por um indivíduo.
(E) as tentativas pré-científicas de dar sentido às coisas.

4. No contexto do terceiro parágrafo, ao se falar de explicações míticas e científicas, considera-se que

(A) as coisas que ambas fazem acontecer revelam possível identidade de procedimentos.
(B) as causas dos intrincados fenômenos naturais elucidam-se por uma disposição de fé.
(C) cientistas e religiosos convergirão no final de tudo para resultados similares.
(D) a dicotomia inicial entre distintas formas de conhecimento tende a ser suprimida.
(E) alguma semelhança de propósitos não elimina uma distinção drástica entre os métodos.

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

(A) *explicações míticas de fenômenos* (3º parágrafo) = suposições sensíveis de ocorrências
(B) *a motivação por trás dessas explicações* (3º parágrafo) = a causa oculta dessas elucidações
(C) *uma pergunta central na dicotomia* (1º parágrafo) = um mistério essencial na relativização
(D) *aplicação diligente do método* (2º parágrafo) = administração implícita da prática
(E) *Em um nível mais pragmático* (3º parágrafo) = com um teor mais concebível

6. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Será que podemos entender o mundo sem algum tipo de crença?*, a forma verbal resultante deverá ser

(A) podia entender-se
(B) pode entender-nos
(C) podemos ser entendidos
(D) pode ser entendido
(E) o entenderemos

7. A frase continuará correta com a substituição do elemento sublinhado pelo indicado entre parênteses no seguinte caso:

(A) *são tentativas pré-científicas de <u>dar sentido àquilo</u> que existe.* (significar naquilo)
(B) *ambas tentam de alguma forma <u>revelar os</u> mecanismos por trás dos fenômenos.* (expor dos)
(C) *muitos religiosos buscam <u>explicar o</u> desconhecido.* (ter acesso do)
(D) *Muito da tensão entre ciência e religião <u>vem da</u> suposição.* (origina pela)
(E) *Mitos religiosos permitem que os que <u>neles creem</u> transcendam sua "situação histórica".* (lhes dão crédito)

Atenção: Para responder às questões de números 8 a 14, baseie-se no texto abaixo.

Ideal do filósofo Jean-Jacques Rousseau

A crítica às sociedades civilizadas e a idealização do homem primitivo, manifestadas a todo passo nas obras do filósofo Rousseau (1713-1784), foram vistas por muitos intérpretes como a expressão de um desejo de retorno à animalidade. Mas o que o filósofo sempre pretendeu não foi exaltar a animalidade do selvagem, mas sua mais profunda humanidade em relação ao homem civilizado.

O homem, para Rousseau, não se regenera pela destruição da sociedade e com o retorno à vida no meio das florestas. Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras: capacidade de desenvolver-se mais rapidamente, ampliação dos horizontes intelectuais, enobrecimento dos sentimentos e elevação total da alma. Se os abusos do estado social civilizado não o colocassem abaixo da vida primitiva, o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade e fez de um ser estúpido e limitado uma criatura inteligente. O propósito visado por Rousseau é combater os abusos e não repudiar os mais altos valores humanos.

Os abusos centralizam-se, para ele, na perda da consciência a que é conduzido o homem pelo culto dos refinamentos, das mentiras convencionais, da ostentação da inteligência e da cultura, nas quais se busca mais a admiração do próximo do que a satisfação da própria consciência. Rousseau, em uma palavra, não pretende queimar bibliotecas ou destruir universidades e academias; reconhece a função útil das ciências e das artes, mas não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras. Pelo contrário, glorifica os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, que se realiza na luta contra os obstáculos da violência e na atividade do espírito crítico, livre de pressões.

(Adaptado do encarte, sem identificação de autoria, do volume **Rousseau – Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 474-475)

8. Considerando-se o contexto, estabelece-se uma **oposição de sentido** entre estes segmentos:
   (A) *perda da consciência a que é conduzido / ostentação da inteligência* (3º parágrafo)
   (B) *culto dos refinamentos / atividade do espírito crítico, livre de pressões* (3º parágrafo)
   (C) *idealização do homem primitivo / sua mais profunda humanidade* (1º parágrafo)
   (D) *não se regenera pela destruição da sociedade / retorno à vida no meio das florestas* (2º parágrafo)
   (E) *ampliação dos horizontes intelectuais / arrancou para sempre da animalidade* (2º parágrafo)

9. Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau,
   (A) instituições culturais como museus e bibliotecas libertam-nos de vez de vícios ancestrais.
   (B) a racionalidade e a inteligência impediram que instintos primitivos aflorem no homem.
   (C) não há vantagens em se libertar da vida natural para se integrar ao estado social civilizado.
   (D) certas perversões da vida social levam o homem a experiências do mais baixo primitivismo.
   (E) a sofisticação mais oportuna da consciência humana está em reorientar-se pelo animalismo.

10. No contexto do segundo parágrafo, a frase *o homem deveria bendizer sem cessar o instante feliz que o arrancou para sempre da animalidade*
   (A) dá como irreversíveis e positivos os passos históricos que venceram a natureza.
   (B) demonstra a convicção que tem o filósofo de que a história humana caminha em linha reta.
   (C) atesta o fato de que o filósofo Rousseau na verdade jamais admitiu virtudes da vida natural.
   (D) está carregada da ironia amarga que consagrou o filósofo nos seus ataques à civilização.
   (E) apresenta-se na forma verbal condicional por estar ligada à frase que abre esse período.

11. Na frase *Embora privado, no estado social, de muitas vantagens da natureza, ele soube adquirir outras*, o elemento sublinhado pode ser adequadamente substituído por:

(A) A menos que destituído

(B) Porquanto encarecido

(C) Para se prover

(D) Conquanto desprovido

(E) Uma vez assoberbado

---

12. A frase *não quer ver os artistas e intelectuais submetidos aos caprichos frívolos das modas passageiras* (3º parágrafo) ganha nova forma, na qual se preservam sua correção e seu sentido básico, em:

(A) impeça-se os artistas e os intelectuais de rebaixarem a tolos caprichos sem duração que os possam acometer.

(B) quer evitar que a submissão dos gostos caprichosos e transitórios se deem à revelia dos artistas e intelectuais.

(C) não quer se dar conta de que frivolidades caprichosas, em ondas efêmeras, se imponham a artistas e intelectuais.

(D) deseja impedir que artistas e intelectuais sejam vistos como submetendo a medidas vazias e gosto oportuno.

(E) não espera que virtudes vazias e atração pelo que é passageiro venha a confrontar os artistas e os intelectuais.

---

13. É adequada a articulação entre os tempos e os modos das formas verbais na seguinte frase:

(A) Rousseau dava demonstração de que respeitava o saber das universidades e das academias a cada vez que reconhecia a função útil das ciências.

(B) Caso não viesse a glorificar os esforços laboriosos da conquista intelectual verdadeira, Rousseau não terá lutado contra os obstáculos da irracionalidade.

(C) Embora nunca tenha pretendido exaltar a animalidade do selvagem, ocorrera que muitos intérpretes de Rousseau houvessem de atribuir-lhe tal intenção.

(D) Os abusos da vida social civilizada teriam colocado o homem muito abaixo da vida primitiva, caso ele venha de fato a cometê-los.

(E) Para Rousseau, os abusos do estado social centralizar-se-iam na perda da consciência a que o conduzirá o culto dos refinamentos artificiais.

---

14. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:

(A) Aqui e ali nos textos de Rousseau, houve quem encontrasse a falsa ideia, de que ele não reconhecia valor algum, nos hábitos civilizados.

(B) Apesar das interpretações equivocadas que, ainda, se perpetuam as obras de Rousseau provocam, entre leitores especializados um sugestivo debate.

(C) Nas obras de Rousseau, reconhecidas como do mais alto idealismo, as sociedades tribais, com seu primitivismo, são admiradas pelo filósofo.

(D) Ao analisar comunidades primitivas Rousseau considera, que seus hábitos, exprimem uma feliz naturalidade ao contrário dos hábitos aristocráticos.

(E) Não fossem os abusos, da vida civilizada, o homem poderia aspirar a uma sociedade, cujos altos valores fossem também revestidos de simplicidade.

Aspectos Históricos da Região Amazônica

15. A pesquisa arqueológica na região amazônica desde os anos 1970 vem possibilitando aprofundar o conhecimento sobre seu passado pré-colombiano. Algumas descobertas revelam que

(A) o contato e as trocas culturais entre os primeiros povos amazônicos e os grandes impérios ameríndios, como o asteca, são bastante prováveis uma vez que se observa a predominância de traços mexicas em vestígios arqueológicos brasileiros.

(B) os povos que habitaram a região tinham domínio de técnicas agrícolas, da escrita em tabuletas de argila e de sofisticada arte cerâmica, como demonstraram os estudos da cultura marajoara e tapajônica.

(C) os vestígios de centenas de geoglifos, grandes estruturas geométricas construídas como possíveis fortalezas ou templos, revelam que havia concentração e densidade populacional nessa região.

(D) a ocupação humana na região se deu, originalmente, por meio do deslocamento de povos andinos, mas foi rarefeita e é hoje marcada por vestígios dessas populações de vida nômade que viviam em núcleos pouco numerosos, dedicados à caça e à coleta.

(E) a ação do clima tropical e as características da floresta úmida (o chamado "inferno verde") impediram a conservação de vestígios ao longo do tempo, principalmente quando se trata de sambaquis, inexistentes na região por terem sucumbido a esses agentes.

16. O primeiro tratado envolvendo as coroas de Espanha e Portugal (então Reino de Portugal e Reino de Castela, respectivamente) para a delimitação das fronteiras nos territórios almejados por essas potências marítimas na América do Sul, foi o Tratado

(A) de Badajós, que foi assinado por Dom João V e Fernando VI, pouco antes do início das grandes viagens marítimas em direção ao "Novo Mundo", determinando uma divisão supostamente em duas partes semelhantes, das terras a serem colonizadas.

(B) de Tordesilhas, que determinava o domínio português a partir de um cálculo aproximado de 370 léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde, estabelecendo esse limite para a fronteira entre os domínios coloniais portugueses e espanhóis.

(C) El Pardo, que atestava que as terras conquistadas seriam daquele que as povoasse, motivando, assim, as incursões de bandeirantes financiadas por cada um desses países europeus, a fim de avançar sobre o interior do continente.

(D) de Madri, que beneficiou Portugal pois não se sabia ao certo a extensão da América do Sul a oeste, estabelecendo uma porção maior do continente para esse país, e que incluía todo o litoral atlântico.

(E) da União Ibérica, que traçou uma linha imaginária que dividia os territórios de Espanha e Portugal, mas que nunca foi respeitada uma vez que Portugal, durante o período de vigência do mesmo, esteve sob a dominação espanhola.

17. A relação entre as missões católicas e o comércio das drogas do sertão, na Amazônia, durante o período colonial, foi permeada

(A) pelo objetivo de angariar recursos financeiros para a construção de fortes e o cercamento das missões, em razão das dificuldades de sobrevivência dos brancos na região, em consequência das batalhas desencadeadas pela Guerra Justa.

(B) pela predominância do trabalho de negros escravizados, uma vez que os jesuítas priorizavam, junto aos indígenas, a catequização e a formação de aldeamentos.

(C) pela regulação da coroa portuguesa que controlava, por meio de agentes alfandegários e impostos, os ganhos centralizados pela Companhia de Jesus, com essa atividade.

(D) pela grande participação indígena não apenas na coleta, mas também no transporte fluvial desses produtos, a partir de uma rede de comunicação e deslocamento já existente antes da chegada dos europeus.

(E) pela introdução de técnicas de cultivo e formas de divisão do trabalho, a fim de que houvesse um aumento da escala de produção e exportação de modo a suplantar a cultura canavieira na região.

18. Considere o texto a seguir:

Figura central na política do Pará desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura [José Maria de Moura, Governador de Armas do Pará] *entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal, Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependentes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul e ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América.*

(MACHADO, André Roberto de Arruda. Para além das fronteiras do Grão-pará: o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825). **Outros Tempos**, v. 12, n. 20, 2015, p. 13)

As alegações do Governador de Armas do Pará, na época mencionada no texto,

(A) manifestavam a contrariedade do governo local em relação à Portugal e à relação hierárquica que havia se estabelecido, expondo o potencial econômico e o tamanho daquele território, de modo a exigir o comando, pelo Pará, de toda aquela região.

(B) sinalizam os esforços empreendidos pelas autoridades no Pará para reforçar, com o apoio bélico da coroa portuguesa, as batalhas travadas na região a fim de evitar a subordinação ao Rio de Janeiro, por considerarem mais vantajoso política e economicamente a manutenção do alinhamento a Portugal.

(C) salientam a ligação existente entre as duas províncias, Maranhão e Pará, dado que contribui para compreender a existência de um projeto político de autonomia, que almejava uma independência própria, regional, para a posterior fundação de uma república aliada a Portugal.

(D) defendiam que Maranhão e Pará deveriam dominar as demais províncias mencionadas, aliadas ao governo de D. Pedro I no Rio de Janeiro, pois as características geográficas contribuíam para sua superioridade regional e a garantia da unidade territorial daquele território luso.

(E) demonstram que o povo paraense, mesmo sem apoio de Portugal, buscou resistir à independência do Brasil, por diversos fatores que contribuíam para seu evidente distanciamento político em relação ao governo monárquico recém-instituído no Rio de Janeiro.

19. A Constituição de 1988 apresentou determinações importantes em relação ao meio ambiente. No que diz respeito à Amazônia, esta foi

(A) considerada Patrimônio nacional, juntamente com a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, prevendo-se que a utilização de seus recursos nacionais ocorra dentro de condições que assegurem sua preservação.

(B) definida legalmente a partir de sua extensão total, para além do território nacional, uma vez que também está situada no Peru, Colômbia, Suriname, Bolívia, Venezuela, Guiana e Equador, onde também passam a atuar, regionalmente, organismos como a SUDAM.

(C) tombada como área de proteção ambiental permanente, em um capítulo que também incluiu nessa categoria os biomas nacionais historicamente mais antigos do país, como o Cerrado, a Caatinga, o Pantanal e a Mata Atlântica.

(D) ampliada em termos geográficos, instituindo-se pela primeira vez uma área denominada "Amazônia legal" como forma de precisar sua extensão, evitando-se a crescente diminuição e degradação dos ecossistemas originais pelas bordas.

(E) declarada área de interesse mundial de preservação, segundo sua classificação como Patrimônio Cultural da Humanidade, título que permitiu a criação do Complexo de Conservação da Amazônia Central.

---

20. Na área atualmente identificada como Amazônia legal ocorreram, durante o período regencial, diversas revoltas sociais que envolveram participação de membros da elite local, a exemplo da

(A) Balaiada e da Revolta dos Malês.
(B) Revolta Praieira e da Confederação do Equador.
(C) Sabinada e da Comuna de Manaus.
(D) Revolta dos Galegos e da Revolta da Praia de Sangue.
(E) Cabanagem e da Rusga do Mato Grosso.

---

21. Um dos principais impactos da II Guerra Mundial para a Amazônia foi a assinatura dos chamados acordos de Washington que

(A) possibilitaram a modernização das Forças Armadas para a defesa da região, em troca do fornecimento de alimentos para os países em guerra, por meio do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.

(B) fundaram o Banco de Crédito da Borracha na Amazônia, com capital norte-americano, incentivando a ocupação da região por meio da distribuição de terras a pequenos proprietários do sul, o que reforçou o fenômeno migratório da diáspora gaúcha.

(C) estimularam a extração do látex amazônico em face dos problemas de abastecimento causados pelo conflito no Pacífico, nos seringais da Malásia, região que chegou a ser ocupada pelos japoneses.

(D) estipularam uma quota de recrutamento de soldados brasileiros na região, os chamados "soldados da borracha", para reforçar as tropas aliadas que protegiam a região, após o ataque sofrido pelo Brasil por submarinos alemães.

(E) iniciaram a construção de uma base aérea no Pará para facilitar o abastecimento dos aviões norte-americanos, fato que contribuiu para o ataque japonês a Pearl Harbor.

---

22. Leia o trecho de um discurso do General Emílio Garrastazu Médici, proferido em Manaus em 08 de outubro de 1970:

A Amazônia ainda não encontrou sua vocação econômica. O café e o cacau, a madeira e a borracha, o boi, a juta e a castanha têm sido momentos passageiros de riqueza; momentos que não trouxeram mais duradouras mudanças na infraestrutura socioeconômica. [...] *Somente depois da Revolução é que vieram os tratores e o idealismo da engenharia militar, desvendando e aproximando a Amazônia.* [...] *O coração da Amazônia é o cenário para que se diga ao povo que a Revolução e este governo são essencialmente nacionalistas, entendido o nacionalismo como a afirmação do interesse nacional sobre quaisquer interesses e a prevalência das soluções brasileiras para os problemas do Brasil.*

(APUD MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília (DF), 2017, p. 9. Disponível em: **https://snh2017.anpuh.org**)

A partir do trecho acima e considerando as ações do governo militar na Amazônia, o discurso

(A) propagandeia os feitos do governo militar na região, que decide eliminar a pecuária e práticas extrativistas como a castanha, a madeira, entre outras para dar lugar a obras de engenharia e infraestrutura geradas pela instalação de empresas na Zona Franca de Manaus.

(B) defende o povoamento do coração da Amazônia, uma vez que o vazio demográfico, na visão daquele governo, deveria ser combatido com idealismo e a militarização da região.

(C) revela uma interpretação do golpe de 1964 como uma revolução e um diagnóstico de que o governo militar estava proporcionando desenvolvimento econômico perene para a região e de viés nacionalista.

(D) atesta a falta de desenvolvimento econômico na região como um desafio ainda sem solução e celebra Manaus como sendo o centro político e econômico da Amazônia.

(E) alerta para o fato de que as atividades econômicas realizadas na região até aquele momento foram iniciativas estrangeiras, havendo a necessidade de uma revolução imediata para alterar essa situação.

23. Considere a seguinte descrição:

Originária de Cametá, a dança expressa gratidão dos índios e escravos africanos por um milagre. Depois de um dia exaustivo de trabalho, os escravos eram liberados, sob fiscalização, para conseguir algo para comer. Certo dia foram à praia e encontraram grandes quantidades de siris que se deixavam apanhar facilmente. Em agradecimento, ensaiaram uma dança e deram o nome de Siriá, que narra o fato.

(Disponível: **http://www.belem.pa.gov.br**)

Em termos históricos, o texto indica a

(A) antiga tradição alimentar das populações ribeirinhas do Amazonas, estado onde se originou a festa.

(B) invisibilidade da herança indígena nas festas da região norte, uma vez que inexistem características da cultura indígena nessa manifestação.

(C) existência de uma convivência harmoniosa entre índios, negros e brancos, apesar das adversidades, e que deu origem a incontáveis manifestações festivas.

(D) precariedade da sobrevivência imposta aos escravos, responsáveis por complementar sua própria alimentação.

(E) marca do sincretismo religioso presente na ideia de milagre, no batuque, e na origem africana da palavra Siri da qual deriva o nome da dança.

24. Chico Mendes, assassinado em 1988, e Dorothy Stang, assassinada em 2005, são nomes referenciais na história dos movimentos sociais na Amazônia e têm suas trajetórias marcadas, respectivamente, pela

(A) ação política como deputado federal comprometido com a preservação do meio ambiente e a reforma agrária, no estado do Acre; e pelas denúncias levadas à ONU a respeito da conivência entre o governo e empresas ligadas à extração de madeira e garimpo, no Pará.

(B) vida dedicada à melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, no Acre, sendo eleito presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; e pela propagação da Teologia da Libertação em escolas fundadas por igrejas católicas e evangélicas, no Pará.

(C) luta em prol da melhoria das condições de trabalho dos seringalistas, no Acre, e pela ação caridosa em defesa dos direitos básicos dos camponeses, como a escolarização, no Pará, onde foi recentemente canonizada pela Igreja Católica.

(D) criação da União dos Povos da Floresta, no Acre, ONG que contou com reconhecimento e apoio da Unesco; e pela liderança no âmbito do MST na região nordeste do Pará.

(E) atuação na defesa do meio ambiente florestal contra o avanço das pastagens e na sindicalização dos seringueiros, no Acre; e pela defesa dos trabalhadores rurais em detrimento da atuação de fazendeiros e madeireiros em localidades às margens da rodovia Transamazônica, como missionária cristã.

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

25. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Tribunal Pleno processar e julgar

(A) as ações rescisórias propostas contra decisões dos juízes de primeiro grau, das turmas e de seus próprios acórdãos.

(B) as ações anulatórias de cláusulas normativas.

(C) os conflitos de competência entre as seções especializadas e as turmas, entre estas e o pleno e entre as seções especializadas e o pleno.

(D) os *habeas corpus*, *habeas data* e mandados de segurança contra atos de juízes de primeiro grau.

(E) as ações em matéria de greve.

26. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, cada desembargador

(A) terá um assessor, com diploma de curso superior, em qualquer área de formação, de sua livre indicação, nomeado pelo Vice-Presidente do Tribunal.

(B) terá, no mínimo, dois assessores, bacharéis em Direito, indicados e nomeados pelo Presidente do Tribunal.

(C) terá dois assessores, com diploma de curso superior, em qualquer área de formação, indicados e nomeados pelo Presidente do Tribunal.

(D) terá, no mínimo, dois assessores, bacharéis em Direito, de sua livre indicação, nomeados pelo Corregedor do Tribunal.

(E) terá, no mínimo, um assessor, bacharel em Direito, de sua livre indicação, nomeado pelo Presidente do Tribunal.

27. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do TRT da 11ª Região, o recurso cabível em face da denegação de seguimento de recurso de revista apresentado ao Presidente do Tribunal será

(A) agravo de instrumento para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(B) agravo de instrumento para o Tribunal Pleno do próprio Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(C) agravo de instrumento, para uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(D) agravo interno para o Órgão Especial do próprio Tribunal Regional do Trabalho, no prazo de 5 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(E) agravo interno para o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias, a contar da data da notificação à parte ou da publicação do despacho no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

28. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, compete ao Presidente do Tribunal:

I. despachar os recursos interpostos das decisões das Seções Especializadas, das Turmas e do Tribunal, encaminhando-os ou indeferindo-os, com a devida fundamentação.

II. presidir a Comissão de Uniformização da Jurisprudência.

III. deliberar sobre as justificativas de ausências dos juízes.

IV. prover os cargos do quadro de pessoal e decidir sobre as movimentações de seus servidores.

V. coordenar as atividades da justiça itinerante.

Está correto o que consta APENAS de

(A) I e II.

(B) III e V.

(C) II e V.

(D) I e IV.

(E) III e IV.

29. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do TRT da 11ª Região, os magistrados terão férias individuais de

(A) 30 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 2 meses antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

(B) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las um mês antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

(C) 30 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 15 dias antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 3 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

(D) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las um mês antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 3 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

(E) 60 dias no ano, devendo os desembargadores requerê-las 15 dias antes do início de seu gozo, adotado o mesmo critério para os casos de alteração. A acumulação de férias somente ocorrerá por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 2 meses, desde que autorizada pelo Tribunal.

---

30. De acordo com o que estabelece o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região sobre as sessões de julgamento,

(A) em casos especiais, poderá ser designado outro local para a realização das sessões, publicando-se no sítio do Tribunal, com antecedência mínima de 48 horas.

(B) as sessões ordinárias serão realizadas em dias da semana e hora estabelecidos por ato do Tribunal Pleno, sem necessidade de convocação formal de seus membros, alteráveis em qualquer época, quando conveniente ao bom andamento dos serviços.

(C) as sessões extraordinárias do Tribunal Pleno, das Seções Especializadas e das Turmas realizar-se-ão mediante convocação feita por seus respectivos Presidentes ou pela maioria simples dos desembargadores, e publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, com antecedência mínima de 48 horas.

(D) as sessões administrativas não poderão ser realizadas em dias coincidentes com os das sessões ordinárias, conforme calendário publicado no início de cada exercício, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

(E) as sessões de julgamento somente serão realizadas com a presença do membro do Ministério Público do Trabalho. Contudo, se na hora prevista ele estiver ausente, o Presidente aguardará por 15 minutos e, persistindo a falta, prosseguirá com a sessão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Pública

31. Conforme disposto pelo texto da Lei nº 12.5327/2011, no caso de indeferimento de acesso a informações ou mesmo às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão em dez dias. O recurso será dirigido à

(A) mesma autoridade que exarou a decisão impugnada, que se manifestará no prazo de cinco dias.

(B) autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que se manifestará em dez dias, prorrogável justificadamente por mais dois dias.

(C) autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, que se manifestará no prazo de cinco dias.

(D) mesma autoridade que exarou a decisão impugnada, que se manifestará também no prazo de dez dias.

(E) autoridade equivalente em nível hierárquico à que exarou a decisão impugnada, mas de órgão diverso e relacionado à temática, que se manifestará no prazo de cinco dias.

---

32. Na gestão por resultados, em relação à produção de serviços públicos, há a etapa de formulação da política pública e a de implementação de ações. Nesta última, considerando que a formulação traduz os objetivos da política pública em resultados, a coordenação para atingi-los se dá

(A) pela indicação de metas burocráticas.
(B) por avaliação sem definição de indicadores.
(C) por anotação de eixos cumpridos.
(D) pela orientação por resultados.
(E) pela busca de menor autonomia.

---

33. Na esfera da administração pública, um programa de governo é composto por diversos projetos, daí a importância da gestão desses projetos. E, visando a organização que domine as técnicas e ferramentas da disciplina do gerenciamento de projetos, a fim de apoiá-los e viabilizá-los, tem-se a criação de

(A) *hub* de projetos.
(B) escritório de projetos.
(C) executor de projetos.
(D) *folder* de projetos.
(E) cartela de projetos.

---

34. Conforme disposição expressa contida na Resolução CNJ nº 400/2021, que trata sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, logística sustentável é definida como

(A) parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico.

(B) aquisição conjunta de bens e serviços que geram menor impacto ambiental, maior inclusão social, consideram a dimensão cultural da sustentabilidade e a eficiência econômica, com ganho de escala.

(C) conjunto de procedimentos e operações técnicas para produção, tramitação, uso e avaliação de documentos, com vistas à sua guarda permanente ou eliminação.

(D) desfazimento de todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a 2 anos.

(E) processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando o ambientalmente correto, o socialmente justo e o desenvolvimento econômico equilibrado.

---

35. O decoro e a civilidade são qualidades que focam mais de perto a natureza ético-política do serviço público. Quanto a essas qualidades, é correto afirmar que o decoro é uma postura

(A) parametrizada, visando a ação coordenada e contida do servidor público para com os administrados, enquanto a civilidade se volta ao aspecto interno do serviço, ou seja, a postura do servidor em contato com seus pares.

(B) exigida de todo servidor público e que possui aspecto unicamente interno de portar-se de acordo com as regras éticas locais, enquanto a civilidade carrega aspecto externo, de postura para com os administrados.

(C) interligada à conduta externa, sendo este seu principal aspecto, enquanto a civilidade direciona-se à ação do servidor público relacionada à urbanidade, em especial com aqueles com os quais divide suas tarefas.

(D) que compreende a retidão de uma ação e a visão da sociedade para com essa ação tomando-a por correta, enquanto a civilidade revela a disposição em justificar publicamente suas ações e agir de modo a acomodar as diferenças.

(E) voltada ao aspecto interno do servidor público, que age de forma polida e educada com seus pares, enquanto a civilidade indica a preocupação em agir como cidadão no empenho de suas tarefas em prol do serviço público.

Gestão de Pessoas

36. O processo decisório relaciona-se com os três níveis organizacionais de gestão, quando considerados os graus de níveis de decisão. Nesse contexto, as decisões proferidas pela alta cúpula de Administração são identificadas como

(A) definitivas.

(B) referenciais.

(C) estratégicas.

(D) táticas.

(E) operacionais.

37. Os elementos que compõem o modelo de gestão de pessoas vão muito além das práticas normatizadas em RH. Os objetivos e parâmetros dos processos de gestão de pessoas classificam-se em

(A) introdução, manutenção e aproveitamento.

(B) inserção, aproveitamento e interatividade.

(C) movimentação, alternância e comprometimento.

(D) alternância, comprometimento e valorização.

(E) movimentação, desenvolvimento e valorização.

38. Cultura organizacional e clima organizacional relacionam-se, respectivamente, com

(A) crenças e valores da empresa – ao sentimento dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho.

(B) ações coordenadas dentre os agentes de uma empresa buscando um fim comum – objetivos indicados pela empresa para a execução das ações de seus colaboradores.

(C) objetivos buscados pela empresa – ação coordenada dentre os agentes da empresa na busca desses objetivos.

(D) sentimento dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho – crenças e valores da empresa.

(E) valores praticados pelos agentes de uma empresa – crenças e valores da empresa.

39. A avaliação continuada da gestão pública dá-se pela avaliação externa e pela autoavaliação. A autoavaliação é a forma pela qual a própria organização realiza a sua avaliação por meio de medição sistemática sobre avanços e retrocessos do sistema de gestão. A avaliação externa, por sua vez, via de regra

(A) é validada por meio de relatórios de produtividade produzidos internamente, mas ratificados por entidade cadastrada no Sistema GESPÚBLICA.

(B) se vale de prêmios nacionais e estaduais de excelência em gestão dentre os quais se destaca o Prêmio Nacional da Gestão Pública realizado pelo GESPÚBLICA.

(C) ocorre a partir de auditoria do Tribunal de Constas respectivo, com periodicidade anual e tendo como base o Plano Plurianual do ente.

(D) ocorre a partir do controle externo exercido por órgão diverso, hierarquicamente superior, pelo Tribunal de Contas e pelo Poder Judiciário.

(E) é resultante da avaliação realizada pelos usuários dos serviços prestados por aquela determinada gestão pública.

Noções de Direito Constitucional

40. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal, acerca dos direitos e garantias fundamentais,

(A) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

(B) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, só poderá ser compulsoriamente dissolvida ou ter sua atividade suspensa por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.

(C) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

(D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

(E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

41. Determinado Estado da Federação promulga uma lei que estabelece: *Fica expressamente proibida a denominada 'linguagem neutra' na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, assim como em editais de concursos públicos*. Diante do ordenamento jurídico vigente, a referida lei é

(A) inconstitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência da União na matéria.

(B) constitucional somente na parte em que trata de editais de concursos públicos, diante da competência suplementar dos Estados na matéria.

(C) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa dos Municípios.

(D) constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados e o Distrito Federal, cabendo aos entes regionais, como no caso, legislar para atender a suas peculiaridades.

(E) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa da União.

42. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República

(A) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

(B) autorizar referendo e convocar plebiscito.

(C) conferir condecorações e distinções honoríficas.

(D) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

43. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente

(A) ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

(B) ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(C) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(D) à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

(E) à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

44. Margareth é empregada da loja de roupas "Fina Estampa" e, mesmo advertida por duas vezes, em meses anteriores, faltou injustificadamente ao trabalho por 16 dias consecutivos, reapresentando-se, após a ausência, para dar continuidade ao trabalho. Considerando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o entendimento jurisprudencial acerca da matéria, o empregador de Margareth, para dispensá-la por justa causa, deverá invocar a hipótese de:

(A) insubordinação.

(B) ato de improbidade.

(C) abandono de emprego.

(D) desídia no desempenho das respectivas funções.

(E) incontinência de conduta.

---

45. Enzo é empregado de uma loja de sapatos e teve a notícia do falecimento de sua bisavó paterna ocorrido em uma segunda-feira; Valentina trabalha como atendente em uma lanchonete e é mãe de uma criança de 3 anos, tendo agendado duas consultas médicas para quarta e quinta-feira; Julieta trabalha como vendedora de uma loja de brinquedos e vai se casar com Romeu na terça-feira. Considerando o que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,

(A) os três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo do seu salário, sendo Enzo por até 2 dias, Valentina somente por um dia e Julieta por 3 dias.

(B) nenhum dos três empregados poderá faltar sem prejuízo do salário, por não se enquadrarem nas hipóteses legais de interrupção do contrato de trabalho.

(C) os três poderão se ausentar do trabalho sem prejuízo do seu salário, sendo Enzo apenas no dia seguinte ao do falecimento de sua bisavó, Valentina pelos dois dias de consulta e Julieta por 5 dias.

(D) apenas Julieta poderá se ausentar por 5 dias, sem prejuízo de seu salário; Enzo e Valentina, em caso de ausência, terão os dias descontados de seu salário.

(E) Enzo não poderá se ausentar do trabalho, sem prejuízo de seu salário, por se tratar de falecimento de parente distante; Valentina e Julieta poderão se ausentar sem prejuízo de seu salário, a primeira por 2 dias e a segunda por 3 dias consecutivos.

46. A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada no caso de:

I. o trabalhador permanecer dois anos ininterruptos fora do regime do FGTS.

II. aposentadoria concedida pela Previdência Social.

III. despedida com justa causa.

IV. o trabalhador ter idade igual ou superior a setenta anos.

Está correto o que consta APENAS de

(A) I.

(B) III.

(C) II e IV.

(D) I e II.

(E) III e IV.

---

47. Acerca do que dispõe o ordenamento jurídico e a jurisprudência sobre os diversos contratos de trabalho,

(A) a transferência do regime jurídico de celetista para estatutário não implica a extinção do contrato de trabalho.

(B) os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho deixarão de subsistir em caso de falência ou dissolução da empresa.

(C) o contrato de trabalho por prazo determinado, para serviços cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, terá duração máxima de 90 dias.

(D) a prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, sempre caracterizará coexistência de mais de um contrato de trabalho.

(E) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados.

Noções de Direito Administrativo

48. Podem se constituir como pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado

(A) as empresas públicas e as organizações sociais.

(B) os serviços autônomos e as autarquias profissionais.

(C) as empresas subsidiadas e as sociedades de economia mista.

(D) as autarquias e as empresas estatais.

(E) os consórcios públicos e as fundações públicas.

---

49. Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade são atributos do poder

(A) regulamentar.

(B) normativo.

(C) de polícia.

(D) hierárquico.

(E) disciplinar.

---

50. A Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) prevê a possibilidade de pregão para

(A) seleção de leiloeiro oficial.

(B) serviço especial de engenharia.

(C) inovação tecnológica ou técnica.

(D) serviço técnico intelectual.

(E) elaboração de projeto executivo.

---

51. A norma vigente, no campo dos procedimentos licitatórios, permite que o prazo de contratação, nos ajustes em que a Administração seja usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, desde que comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação, seja

(A) exatamente 72 meses.

(B) indeterminado.

(C) até 10 anos.

(D) de no máximo 5 anos.

(E) de no mínimo 4 anos.

Noções de Contabilidade Pública

52. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o registro contábil no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

(A) de variações patrimoniais aumentativas financeiras deve ser efetuado na natureza de informação orçamentária.

(B) da execução de atos potenciais ativos deve ser efetuado na natureza de informação de controle.

(C) da receita orçamentária prevista com taxas deve ser efetuado na natureza de informação patrimonial.

(D) de variações patrimoniais diminutivas financeiras deve ser efetuado na natureza de informação de resultado.

(E) da receita orçamentária arrecadada com impostos deve ser efetuado na natureza de informação financeira.

---

53. As informações a seguir são referentes a estoques de uma entidade pública:

16/08/2023: empenho de despesa no valor de R$ 66.600,00 para a aquisição de 450 cestas básicas.
25/08/2023: recebimento das 450 cestas básicas entregues pelo fornecedor e registro contábil do crédito empenhado em liquidação pelo valor de R$ 66.600,00.
28/08/2023: liquidação de despesa, pelo valor de R$ 66.600,00, referente às 450 cestas básicas recebidas pela referida entidade em 25/08/2023.
11/09/2023: pagamento de despesa, pelo valor de R$ 66.600,00, referente às 450 cestas básicas cuja despesa foi liquidada em 28/08/2023.
05/10/2023: reconhecimento do ajuste de perdas de estoques, pelo valor de R$ 296,00, em decorrência da danificação de 2 cestas básicas recebidas em 25/08/2023.
12/10/2023: distribuição gratuita de 448 cestas básicas recebidas em 25/08/2023.

Com base nessas informações, uma despesa orçamentária de acordo com a Lei nº 4.320/1964 ocorreu em

(A) 16/08/2023 e uma variação patrimonial diminutiva ocorreu em 25/08/2023.

(B) 16/08/2023 e uma variação patrimonial diminutiva ocorreu em 05/10/2023, somente.

(C) 11/09/2023 e variações patrimoniais diminutivas ocorreram em 05/10/2023 e em 12/10/2023.

(D) 16/08/2023 e variações patrimoniais diminutivas ocorreram em 05/10/2023 e em 12/10/2023.

(E) 11/09/2023 e uma variação patrimonial diminutiva ocorreu em 25/08/2023.

---

54. O Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2022 de uma entidade pública, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra o montante referente

(A) à despesa fixada na Lei Orçamentária Anual referente ao exercício financeiro de 2022 com juros e encargos da dívida como dotação inicial de despesas correntes.

(B) à variação patrimonial aumentativa decorrente de impostos, taxas e contribuições de melhoria como receitas correntes realizadas.

(C) ao pagamento de restos a pagar processados inscritos em 31/12/2021, relativo à despesa de aquisição de material de consumo, como despesas correntes pagas.

(D) à obtenção de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária como receitas de capital realizadas.

(E) à apropriação por competência do 13º salário dos servidores da referida entidade como despesas correntes realizadas.

Noções de Orçamento Público

55. As seguintes informações são referentes à aquisição de um veículo novo por uma entidade pública:

01/12/2022: empenho de despesa pelo valor de R$ 125.000,00 para a aquisição do veículo.
19/12/2022: recebimento do veículo pela referida entidade e liquidação de despesa pelo valor total empenhado em 01/12/2022.
24/01/2023: pagamento de despesa pelo valor total empenhado em 01/12/2022.

Com base nessas informações e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em 31/12/2022, a referida entidade inscreveu R$ 125.000,00 em restos a pagar

(A) processados e possui um passivo permanente.

(B) não processados e possui um passivo permanente.

(C) não processados e possui um ativo permanente.

(D) processados e possui um passivo financeiro.

(E) não processados e possui um passivo financeiro.

56. Na execução orçamentária de uma entidade pública, de acordo com a Lei nº 4.320/1964,

(A) o empenho de despesa referente à aquisição de material escolar cria obrigação com o fornecedor do referido material e apura a importância exata a pagar.

(B) a liquidação de despesa referente ao serviço de poda de árvores deve ter por base o comprovante da efetiva prestação do referido serviço.

(C) a liquidação de despesa consiste na extinção da obrigação com terceiros mediante a entrega de numerário ao credor.

(D) o pagamento de despesa pode ser efetuado para passivos financeiros ou permanentes e consiste na entrega de numerário ao credor.

(E) o lançamento é o primeiro estágio para a execução da receita orçamentária e é aplicável a todas as receitas correntes.

57. Quanto à classificação da receita orçamentária, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita com

(A) contribuição social se classifica em Contribuição de Melhoria.

(B) taxas pela prestação de serviços se classifica em Receitas de Serviços.

(C) depósito em caução se classifica em Transferências Correntes.

(D) venda de veículos se classifica em Receita Patrimonial.

(E) indenização se classifica em Outras Receitas Correntes.

Noções de Direitos Humanos

58. Considere as seguintes afirmações, acerca das garantias processuais mínimas, à luz do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos:

I. Todas as pessoas são iguais perante os tribunais e as cortes de justiça.

II. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida publicamente e com as devidas garantias por um tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido por lei, na apuração de qualquer acusação de caráter penal formulada contra ela.

III. A imprensa e o público poderão ser excluídos de parte de um julgamento, quando o interesse da vida privada das partes o exija, mas não de sua totalidade, a menos que o interesse de menores exija procedimento oposto, ou o processo diga respeito a controvérsias matrimoniais ou à tutela de menores.

IV. Qualquer sentença proferida em matéria penal ou civil deverá tornar-se pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II e III.

(B) II, III e IV.

(C) I e IV.

(D) I, III e IV.

(E) I e II.

59. Conforme expressamente estabelecido na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, nenhuma disposição da Convenção pode ser interpretada no sentido de *limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-Partes ou de acordo com outra convenção em que seja parte um dos referidos Estados.* Cuida-se do princípio da

(A) imprescritibilidade.

(B) não exaustividade dos fatores de discriminação.

(C) universalidade.

(D) primazia da norma mais favorável.

(E) transnacionalidade.

---

60. Relativamente à liberdade de pensamento e de expressão e a outros direitos correlatos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos estabelece que

(A) a lei não pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, por meios diretos, nem por meios indiretos, como com o objetivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência.

(B) a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitação à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

(C) todas as pessoas têm o direito de associar-se livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, ou de qualquer outra natureza, não podendo ser impostas restrições legais ao exercício do direito de associação por membros das forças armadas e da polícia.

(D) para a efetiva proteção da honra e da reputação, toda publicação ou empresa jornalística, cinematográfica, de rádio ou televisão, deve ter uma pessoa responsável, que não seja protegida por imunidades, ainda que goze de foro especial.

(E) o direito de expressão não pode ser restringido por meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões, não sendo, contudo, consideradas restrições indevidas ou abusivas as veiculadas por quaisquer controles oficiais prévios.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais: *Conforme Edital publicado [...] Capítulo 11. [...] 11.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático referido no presente Edital. 11.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a habilidade de leitura e compreensão dos textos propostos e a capacidade de expor e desenvolver argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, avaliando também a correção gramatical, segundo os critérios definidos no item 11.4 a 11.8 deste Capítulo. 11.5 Será atribuída nota ZERO à **Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 11.3 e subitem deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 11.6 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 11.7 Na **Prova Discursiva-Redação** deverão ser rigorosamente observados os limites **mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.*

Texto 1

O termo capacitismo é relativamente novo na sociedade, assim como na própria esfera dos movimentos sociais. De acordo com Luciana Maia, psicóloga e professora do curso de Psicologia da Universidade de Fortaleza, "o capacitismo é um preconceito dirigido a qualquer pessoa que apresenta uma deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial [...] *Como outras formas de preconceito, ele contribui para privar os direitos e a dignidade humana das pessoas com deficiência, determinando e perpetuando desigualdades e injustiças sociais, e contribuindo diretamente para a exclusão social de membros desse grupo.*

(Adaptado de: UNIFOR. **Saiba o que é capacitismo e por que é importante combatê-lo**. Disponível em: **<https://g1.globo.com**. Publicado em: 27 de out. de 2021. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 2

Muitas vezes, o capacitismo se reveste de um sentimento ou de um comportamento de "simpatia" pelas pessoas com deficiência, mas que sustenta uma ideia de subordinação social e econômica dessas pessoas.

(Tribunal Superior do Trabalho. **É capacitismo, e você deve saber: um miniguia para atitudes que incluam pessoas com deficiência**. Disponível em: **<https://www.tst.jus.br**. Publicado em: jan. de 2023. Acesso em: 11 de nov. de 2023)

Texto 3

Agência Senado – Como a sra. define o capacitismo?

Senadora Mara Gabrili – É comum, ainda hoje, encontrar referências às pessoas que não possuem uma deficiência como "pessoas normais". Isso acontece por conta da construção social de um "corpo padrão". Muitos ainda subestimam a capacidade de uma pessoa em função de uma deficiência. O capacitismo define erroneamente a pessoa pela sua deficiência. Mas a pessoa é muito mais do que aquele impedimento físico, sensorial, intelectual ou mental, que adquiriu ao longo da vida ou nasceu com ele. Por isso, é tão importante discutir o capacitismo. Muitas vezes isso acontece por maldade até, por crueldade, quando a pessoa desqualifica a outra por conta de um impedimento, acabando por discriminar e excluir. Mas há os que fazem por puro desconhecimento ou por preconceitos inconscientes.

(Adaptado de: SASSE, Cintia. **Capacitismo: subestimar e excluir pessoas com deficiência tem nome**. Disponível em: **<https://www12.senado.leg.br**. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 4

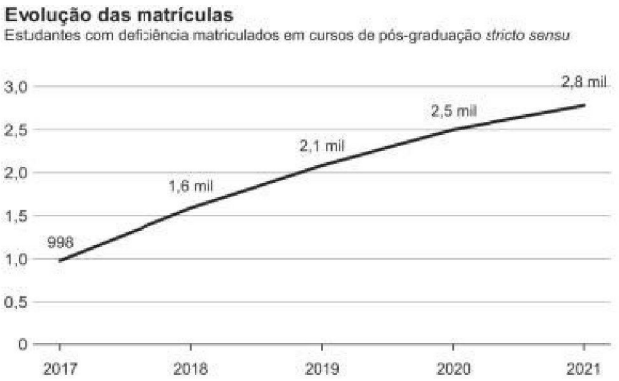
(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: **<https://revistapesquisa.fapesp.br**. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 5

A conceituação da deficiência é um campo em disputa até os dias de hoje. Até meados do século XVIII, predominavam concepções pré-científicas, com um olhar majoritariamente supersticioso ou de caridade, envolvendo culpa ou castigo divino. No século XIX, a ciência médica passou a compreendê-la como patologia. "A ciência via a deficiência como um impedimento corporal, físico e social, situando-a no sujeito e fazendo com que políticas públicas focassem na busca pela reabilitação", explica a psicóloga Marivete Gesser, coordenadora do Núcleo de Estudos da Deficiência da UFSC. A partir da década de 1960, com os aportes das ciências humanas e sociais, emergiu outro modelo, que compreende que o principal problema enfrentado pelas pessoas com deficiência são as barreiras impostas pela sociedade. "Essa vertente propiciou um salto à produção científica, ao tirar a deficiência de um enfoque individual e patológico e posicioná-la como algo que seria neutro, caso as barreiras sociais fossem suprimidas", descreve Gesser.

(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

Texto 6



(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas**

(Adaptado de: QUEIROZ, Christina. **Mudanças e desafios que pessoas com deficiência trazem para instituições de ensino**. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br. Publicado em: abr. de 2023. Acesso em: 10 de nov. de 2023)

A partir da leitura e compreensão dos textos acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

As consequências do capacitismo para a vida de pessoas com deficiência e para a sociedade como um todo.

DISCURSIVA-REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	

RASCUNHO